

Brasil, África e Ásia

na Monarquia Portuguesa

[Séculos XVI-XVIII]



Copyright ©

Roberto Guedes, Antonio Carlos Jucá de Sampaio,
Isabele de Matos Pereira de Mello et alii, 2024

Direitos desta edição reservados à
MAUAD Editora Ltda.

Avenida Presidente Wilson, n° 165, sala n° 509
Centro, CEP: 20030-904

Tel.: (21) 3479.7422

www.mauad.com.br

 FACEBOOK.COM/EDITORAMAUADX

 @EDITORAMAUADX

 @MAUADXEDITORA

 (21) 97675-1026

Projeto Gráfico:

Núcleo de Arte/Mauad Editora

Revisão:

Luiz Henrique Moreira Soares

Imagens da Capa

Noticia Summaria do Gentilismo da Ásia – Carlos Julião –
Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Agradecimento à Capes, Faperj, ao CNPq e ao ART, pelo apoio recebido.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B83

Brasil, África e Ásia na monarquia portuguesa (séculos XVI-XVIII) / [organização]

Roberto Guedes, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Isabele de Mattos Pereira de Melo.

- 1.ed. - Rio de Janeiro : Mauad X, 2024.

Formato E-book.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9786553771857 (recurso eletrônico)

1. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 2. Portugal - Colônias - América -
História. 3. Portugal - Colônias - História. I. Guedes, Roberto. II. Sampaio, Antonio Carlos Jucá.
III. Melo, Isabele de Mattos Pereira de

24-94188

CDD: 981.03

CDU: 94(81).03



Abreviaturas

ACMRJ — Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

AGCRJ — Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AHU, CU, A — Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Avulsos

AMSB — Arquivo do Mosteiro de São Bento

ANRJ — Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEP — Arquivo Público do Estado do Pará

APEM — Arquivo Público de Estado do Maranhão

APERJ — Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BNL — Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

BNRJ — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BPE — Biblioteca Pública de Évora

Cx. — Caixa

Doc. — Documento

IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A Amazônia no Império

RAFAEL CHAMBOULEYRON

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Este texto procura refletir sobre um espaço bastante conhecido, embora de fronteiras não muito precisas: a região amazônica. O capítulo se constrói a partir da ideia dos organizadores do livro *O Antigo Regime nos Trópicos*, quando estes explicam que os textos da obra “discutem e analisam o ‘Brasil-Colônia’ enquanto parte constitutiva do império ultramarino português”¹. A proposta é justamente a de refletir sobre a Amazônia colonial como parte constitutiva do império ultramarino português. Meu argumento aqui é que a experiência histórica da Amazônia colonial (termo, aliás, inexistente na época), região que em parte se confunde com um território colonial português mais amplo, o Estado do Maranhão e Pará, pode nos ajudar a pensar uma história da América portuguesa mais complexa, a partir de outras chaves interpretativas para além da centralidade do tráfico negreiro, do Atlântico Sul e da oposição litoral/sertão, que têm sido privilegiadas pela historiografia, a tal ponto de constituírem quase que uma metanarrativa da formação do Brasil colonial.

De fato, a região amazônica esteve por muito tempo desconectada desses circuitos espaciais e comerciais e, ao mesmo tempo, conectada a outras redes – algo que é preciso compreender. Evidentemente, o Estado do Maranhão e Pará compartilhava com o restante das conquistas portuguesas da América, da África e da Ásia a “cultura política do antigo regime” e a ordem estamental, para usar os termos dos organizadores d’*O Antigo Regime nos Trópicos*. Não reside de modo algum aí a singularidade da Amazônia portuguesa, razão pela qual desse tema não tratarei aqui. Nas últimas décadas, felizmente, a historiografia produzida na e sobre a região tem aprofundado a reflexão sobre essas ques-

1 FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria Fernanda B; BICALHO, Maria Fernanda B. “Introdução”. In: FRAGOSO, João; BICALHO Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria Fernanda B. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 21-25, p. 21.

tões². Do mesmo modo que o restante da América portuguesa, também a Amazônia colonial foi uma sociedade marcada pelo escravismo e pelo tráfico, mas de forma diversa, como veremos, uma vez que, para boa parte do período colonial, a economia amazônica assentou-se sobre a sistemática escravização de indígenas e o uso do trabalho compulsório de índios considerados livres.

Contrariamente ao que afirmou parte da historiografia, esse não foi um estágio preliminar anterior ao atrelamento da região aos circuitos do tráfico negreiro, notadamente a partir de meados do século XVIII. A escravidão indígena, o tráfico de escravizados nativos da América e o conhecimento desses índios coloniais foram fundamentais para a construção de dinâmicas econômicas e sociais que permitiram a conexão da região amazônica às redes de circulação de produtos tropicais europeus.

* * *

No final do século XVII, em carta ao padre Diego Francisco Altamirano, padre visitador da província de Quito, o jesuíta boêmio a serviço de Castela, padre Samuel Fritz, queixava-se das incursões dos portugueses em território sob o controle da missão de Maynas, que defendia ser espanhol, a milhares de quilômetros a oeste da cidade de Belém (ver Figura 1). Assim, escrevia que alguns dias antes de chegar ao povoado de Nuestra Señora de las Nieves de los Yurimaguas, no dia 14 de março de 1695, tinham acabado de descer o rio os portugueses, “com o cacau que tinham colhido e alguns escravos”. O episódio, segundo relatado pelo cacique dos Yurimagua, teria inflamado os ânimos, pois os portugueses os tinham ameaçado logo voltar e levar todos cativos, uma vez que se recusavam a dar a seus filhos para descer “ao Pará” e a resgatar cativos. Quase um ano depois, em fevereiro de 1696, estando na missão de

2 DIAS, Joel Santos. *Os “verdadeiros conservadores” do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008; SANTOS, Arlindyane. “Os Senhores do Senado’: oficiais camarários e status de nobreza no Maranhão Colonial”. *Outros Tempos*, n. 7, pp. 23-40, 2010; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da Conquista e Bom Governo dos Moradores: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território (1615-1668)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011; XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da Câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. São Luís: EdUema/Café e Lápis, 2013; COSTA, Ariadne Ketini. *Uma “casa” irlandesa no Maranhão: estudo da trajetória da família Belfort, 1736-1808*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; FEIO, David. *O Nó da Rede de “Apaniguados”: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

São Joaquim, novamente queixavam-se os índios Yurimagua das subidas dos portugueses. O padre Fritz explicava que, mandados por seu “cacique”, alguns índios tinham subido o rio até a missão, pedindo-lhe que fosse até seus povoados, porque “tinham subido novamente uns portugueses em busca de cacau e cativos”. Por essa razão acabara descendo até Nuestra Señora de las Nieves, para “consolá-los”. Dali desceu, “por três jornadas mais abaixo”, encontrando um português, Francisco Sousa (Sosa), “homem pacífico”, que lhe assegurou não ter outra intenção a não ser “beneficiar um pouco de cacau”³.

Figura 1 – Mapa da Região Amazônica

Fonte: Laboratório de Análise e Informação Geográfica (LAIG/UFPA); elaboração do autor.

As reclamações dos Yurimaga, dos Coussani e dos padres Fritz e Fauque expressavam exemplarmente dinâmicas econômico-territoriais do mundo amazônico português, construídas a partir, principalmente, da segunda metade do século XVII: de um lado, a exploração de gêneros da floresta, ou “drogas do sertão” (frutos, raízes, cascas e resinas) por meio do extrativismo; de outro, a constituição de um tráfico transamazônico de escravizados indígenas⁵ e de um importante fluxo de índios livres “descidos” dos sertões para diversas aldeias missionárias (transformadas em lugares e vilas de índios a partir de 1758) e para as vilas e cidades portuguesas.

Essas dinâmicas, como fica claro, transcendiam as próprias fronteiras da Amazônia portuguesa, dada a natureza centrífuga da ocupação da região. Por meio dos caminhos fluviais, principal modo de deslocamento e mobilidade no mundo amazônico, os portugueses tinham de fato estendido seus interesses para além do Estado do Maranhão e Pará. Os rios tinham aqui um papel fundamental. Na verdade, poderíamos até afirmar que, mais do que extensão territorial, os portugueses conseguiram, na Amazônia, o domínio dos rios, o que lhes permitiu um considerável controle das rotas de exploração das drogas do sertão e das rotas do fluxo de indígenas escravizados ou livres.

A “fluvialidade” e a mobilidade definiram a Amazônia portuguesa colonial e sua territorialidade⁶. O Rio Amazonas se tornou o principal eixo ordenador dessa mobilidade, conectando a cidade de Belém aos sertões da Capitania do Grão-Pará. Desses sertões, como fica claro das denúncias dos padres, vinham indígenas escravizados ou livres e gêneros da floresta.

Na falta de dados mais sistemáticos, como os que existem relativos ao tráfico transatlântico de escravizados, Camila Loureiro Dias, Fernanda e Eliardo Costa, em artigo recente, tentaram estimar uma ordem de grandeza do volume do fluxo de gentes deslocadas por meio do tráfico transamazônico de escravizados e dos descimentos de índios livres, para o período entre os anos 1680 e 1750. De maneira oportuna, a pesquisa procurou estimar igualmente a escravização ilegal de indígenas cuja prática era recorrentemente denunciada e indicada na correspondência, crônicas e relatos sobre a região amazônica. Assim, as/os autoras/es chegaram a um número máximo de indivíduos incorporados legal ou ilegalmente ao mundo colonial: em torno de 265 mil. Alertam, de qualquer modo, que seus cálculos, contando as várias modalidades de recrutamento – descimentos oficiais, descimentos privados, resgates,

5 Valho-me aqui da expressão cunhada por Alexandre de Carvalho Pelegrino em “From Slaves to Índios: Empire, Slavery, and Race (Maranhão, Brazil, c. 1740-1790)”. *Law and History Review*, v. 40, n. 4, pp. 789-815, 2022.

6 ROLLER, Heather Flynn. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

guerras e escravização ilegal –, poderiam ser subestimados, principalmente em relação aos quatro primeiros modos⁷. De qualquer forma, quando comparamos esses números aos dados mais confiáveis do tráfico negreiro, levantados a partir da plataforma Slave Voyages (como o fizeram as/o autoras no artigo), os valores revelam a dimensão considerável do deslocamento de gentes dos sertões amazônicos compelidas ao trabalho no mundo amazônico português (fosse ele nas aldeias missionárias, nas roças dos moradores, nas expedições ao sertão e nas obras públicas). Os índios descidos ou escravizados no interior da Amazônia entre 1680 e 1750 corresponderam a quase o mesmo número de escravizados desembarcados em Pernambuco no mesmo período, dois terços da Região “Sudeste” e praticamente metade dos que chegaram à Bahia⁸.

A sociedade amazônica era, definitivamente, uma sociedade escravista.

Era a escravidão indígena e o trabalho compulsório de índios livres que movimentavam a exploração das drogas do sertão e o cultivo das roças dos moradores, aldeias e ordens religiosas. E aqui temos que pensar numa dupla dimensão que não se restringe apenas a uma questão de força de trabalho⁹.

7 DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires; COSTA, Eliardo Guimarães da. “Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza”. *Revista de História*, n. 179, p. a08619, 2020.

8 Disponível em: <https://slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 4 out. 2024.

9 Sobre o problema da mão de obra indígena na Amazônia, há considerável produção bibliográfica dos últimos vinte anos. Ver, por exemplo: DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000; SOMMER, Barbara Ann. *Negotiated settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Albuquerque: University of New Mexico, 2000; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EdUA, 2012; MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EdUA, 2009; CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: Editora CRV, 2017; COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016; SOMMER, Barbara. “Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade”. *The Americas*, v. 61, n. 3, pp. 401-428, 2005; ARENZ, Karl Heinz. *De l’Alzette à l’Amazone: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*. Saarbrücken: Éditions Universitaires Européennes, 2010; GUZMÁN, Décio de Alencar. “A colonização nas Amazônia: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII”. *Revista Estudos Amazônicos*, v. III, n. 2, pp. 103-139, 2008; ROLLER, Heather F. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014; ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; HARRIS, Mark. “Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 54, n. 1, pp. 33-68, 2015; DIAS, Camila Loureiro. *L’Amazonie avant Pombal: Politique, Economie, Territoire. Thèse (Doctorat en Histoire) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, Paris, 2014; BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; CARVALHO JÚNIOR, Roberto Zahluth de. *“Dominar homens ferozes”: missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em

De um lado, de fato, os braços indígenas foram responsáveis por remar as canoas que se dirigiam aos sertões, onde se organizavam as feitorias de cravo ou cacau, por exemplo. Eram os braços dos índios que coletavam os frutos (cacau) à beira dos rios ou entravam na terra firme (áreas não inundáveis das matas) para extrair a cortiça do pau-cravo ou arrancar as raízes de salsaparilha. Eram também os nativos, escravizados ou livres, que colhiam o óleo de copaíba, resina que se retirava de uma árvore¹⁰. Também eles é que pescavam e caçavam durante a jornada. Do mesmo modo, próximo às vilas e cidades, cuidavam dos cultivos dos moradores, produziam farinha e eram amas de leite dos filhos dos portugueses.

Desse modo, o universo escravista amazônico – que incorporava formas de trabalho compulsório de índios livres – ensejou o aparecimento (ou a ressignificação colonial) de figuras como os índios “carapinas mestres de fazer canoas”¹¹, os “índios remeiros”, os “índios pilotos” (ou jacumaúbas), os “índios proeiros de canoa”¹². Mas também uma “índia forra de leite”, como a que pedia Teresa da Silva, em 1716, para “sustentar” uma menina de peito que criava (lembrando que *forra* aqui significava *livre* e não *liberta*, outra característica peculiar do escravismo amazônico); ou “negras farinheiras”, como as três que solicitava, em 1720, o alferes Roque de Almeida para “poder desfazer uma roça que se lhe vai apodrecendo” (*negra* aqui é sinônimo de *índia*, como, aliás, está explícito na aprovação do pedido)¹³.

De outro lado, a incorporação dos indígenas significou igualmente a assimilação de diversos conhecimentos sem os quais nada podia funcionar no

História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015; PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015; CHAMBOULEYRON, Rafael. “Indian Freedom and Indian Slavery in the Portuguese Amazon”. In: ONOGHUE, John; JENNINGS, Evelyn P. (eds.) *Building the Atlantic Empires: Unfree Labor and Imperial States in the Political Economy of Capitalism*, ca. 1500-1914. Leiden: Brill, 2016, pp. 54-71; DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires. “O que dizem as licenças? Flexibilização da legislação e recrutamento particular de trabalhadores indígenas no Estado do Maranhão (1680-1755)”. *Revista de História*, n. 175, pp. 249-280, 2016; MEIRA, Márcio Augusto Freitas de. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. São Paulo: EdUFSCar, 2018; DIAS, Camila Loureiro. “O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII)”. *Territórios & Fronteiras*, v. 10, n. 1, pp. 238-259, 2017; DIAS, Camila Loureiro. “Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, pp. 235-252, 2019; GUZMAN, Décio Marco A. A. *Dans le labyrinthe du Kuwai: Conquête, colonisation et christianisation en Amazonie (XVI-XVIII siècles)*. Paris: Éditions Le Manuscrit, 2021.

10 Todas essas atividades foram descritas pelo religioso jesuíta João Daniel. DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. 2 volumes.

11 Biblioteca Pública de Évora, códice CXV/2-12, f. 163.

12 AHU, CU, A, Maranhão, cx. 17, doc. 1772.

13 Biblioteca Nacional de Portugal, COD 4517, ff. 7 e 10.

mundo amazônico. Curiosamente, a historiografia clássica brasileira considerou as populações nativas quase naturalmente predispostas à exploração dos gêneros amazônicos, como se por séculos os índios tivessem realizado as excruciantes expedições e as tarefas que o mundo escravista amazônico lhes impunha¹⁴. Muito pelo contrário, a exploração dos gêneros amazônicos, o descimento de índios dos sertões e a escravização significaram um rearranjo de saberes¹⁵. Afinal, se é muito provável que os índios pré-colombianos se aproveitassem da polpa do cacau, certamente do fruto não extraíam as suas sementes, nem as secavam nas feitorias e as transportavam, como tiveram que passar a fazer a partir de finais do século XVII. Do mesmo modo, não sabemos se de alguma forma os indígenas antes da chegada dos europeus se valiam da casca do cravo-do-maranhão. Mas, depois, tiveram que entrar nas matas de terra firme para extrair a cortiça (na maioria das vezes, derrubando a árvore inteira), enrolá-la em canudos e, além disso, trabalhar a casca para produzir o chamado “cravo fino”, muito mais valioso.¹⁶

Ao mesmo tempo, houve um “aprendizado amazônico” por parte de moradores portugueses, mestiços e também africanos, assimilando conhecimentos milenares dos grupos indígenas. Certamente, o principal desses saberes era a navegação fluvial. Afinal, como chegou a afirmar o padre Antônio Vieira, em 1656, no Pará, “tudo é navegação de rios”¹⁷. A mobilidade pelos rios significou a incorporação das seculares tradições indígenas de construção e uso das canoas. Os remeiros, os proeiros e os pilotos se tornaram fundamentais na organização do mundo amazônico e no processo de colonização da região

14 Perspectiva exemplar aqui é a de Caio Prado Júnior: “A mão de obra também foi relativamente fácil. Os indígenas eram numerosos, e embora de nível cultural baixo, facilmente se conformaram com o trabalho que deles se exigia; o que, vimo-lo anteriormente, só foi o caso em forma muito limitada em outros lugares. Explica-se a diferença. No vale amazônico os gêneros de atividade se reduzem praticamente a dois: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar o peixe; e conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção. Para ambos estava o indígena admiravelmente preparado. A colheita, a caça, a pesca já são seus recursos antes da vinda do branco: como pescador, sobretudo, suas qualidades são notáveis, e os colonos só tiveram neste terreno que aprender com ele”. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1945], pp. 69-70.

15 Para a segunda metade do século XVIII, ver: SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Knowledge and Circulation of Plants: Unveiling the Participation of Amazonian Indigenous Peoples in the Construction of Eighteenth and Nineteenth Century Botany”. *Journal of History of Science and Technology*, v. 15, n. 1, pp. 11-38, 2021.

16 Sobre o início da economia das drogas do sertão, ver: CARDOSO, Alírio Carvalho. “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica”. *Tempo*, v. 21, n. 37, pp. 116-133, 2015.

17 BOXER, Charles. “Quatro cartas inéditas do padre Antônio Vieira”. *Brotéria*, v. 45, n. 4, pp. 456-76, 1947, p. 459.

pelos portugueses¹⁸. De um lado, havia que construir as canoas apropriadas para cada atividade¹⁹. No inventário dos bens dos padres jesuítas, feito após a sua expulsão, constavam, na *casa de canoas* da fazenda e engenho de Ibirajuba, próximo a Belém, as seguintes embarcações:

2 canoas grandes de gado novas, uma de 100 e outra de 90 palmos; duas ditas para canas, uma de 70 outra de 60 palmos; um bote de coberta de 45 palmos, outro para o uso ordinário de 35 palmos; um escalor e outra canoa para serviços menores de 30 palmos cada um; 3 cascos cobertos e preparados para canoas, um de 60 e dois de 30 palmos cada um²⁰.

Mas na própria casa das canoas, um novo lugar colonial, por sinal, se entrecruzavam saberes indígenas e europeus. Se a base da construção era indígena, a introdução das ferramentas metálicas também introduziu transformações e significou um reaprendizado por parte dos índios mestres em fazer canoas²¹. Do mesmo modo, o singrar pelos rios implicava confiar nos pilotos, ou jacumaúbas, todos índios, que conheciam os rios e os modos de navegar pela complexa malha fluvial amazônica. O conhecimento nativo aqui foi fundamental para a expansão portuguesa. Ao mesmo tempo, foram introduzidas inovações, notadamente o uso de velas em algumas embarcações. Mais ainda, os usos que se dava às canoas também eram outros, já que as embarcações eram agora usadas para carregar gêneros para o mercado, bem como “amarrações” de índios, por exemplo. Do mesmo modo, muitos brancos e mestiços se tornaram especialistas nos sertões. Eles eram designados como *sertanejos* ou práticos, conhecedores das línguas, da região e das especificidades da floresta e seus rios²².

18 Ver: FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas*: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

19 Ver: HORCH, Rosemarie E. As embarcações de madeira do rio Amazonas (séculos XVI-XVIII). In: HOWSE, Derek (ed.). *Five hundred years of nautical science: 1400-1900*. London: National Maritime Museum, 1981, pp. 217-227; DELSON, Roberta Marx; MENG, Stephen W. “Cargo Canoes of the Eighteenth-Century Amazon: A Preliminary Stability Analysis”. *International Journal of Maritime History*, v. VII, n. 2, pp. 173-185, 1995; DELSON, Roberta Marx. “Navigation: Inland Navigation in Amazonia”. SELIN, Helaine (ed.). *Encyclopaedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*. Dordrecht: Springer, 2014, pp. 1-6.

20 Archivum Romanum Societatis Iesu, Bras. 28, p. 20.

21 FERREIRA. “No Estaleiro dos Índios: a construção de embarcações na Amazônia colonial portuguesa”. *Revista Estudos Amazônicos*, v. XIII, n. 1, pp. 30-67, 2015.

22 CHAMBOULEYRON, Rafael. “As práticas do sertão na Amazônia colonial (século XVII)”. *Outros Tempos*, n. 10, v. 15, pp. 79-99, 2015; POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. “Sujeitos sertanejos na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)”. *História e Cultura*, n. 9, pp. 258-275, 2020. “Sujeitos sertanejos na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)”. *História e Cultura*, n. 9, pp. 258-275, 2019; POMPEU, André José Santos. *As drogas do sertão na Amazônia colonial (1677-1777)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021;

Se o mundo amazônico português tinha um eixo organizador – o Rio Amazonas – e diversos personagens – jacumaúbas, proeiros, remeiros, sertanejos, cabos de canoa, além, é claro, de índios descidos, escravizados –, também tinha um centro: a cidade de Belém, fundada em 1616. De fato, Belém, ou a “cidade do Pará”, representava o principal nó articulador das redes sertanejas, tanto as ligadas ao tráfico transamazônico de escravizados como as ligadas às drogas do sertão. Na cidade se armavam, se autorizavam (quando não se tratava de jornadas ilegais) e dela saíam as canoas em busca de índios e especiarias amazônicas; isso sem falar de movimentação das tropas²³, visitas eclesiásticas ou viagens de prelados²⁴, deslocamento de autoridades²⁵ e, já para finais do século XVIII, de expedições científicas²⁶. Há mais de 50 anos, o geógrafo Eidorfe Moreira expressava essa relação de maneira exemplar:

Ora histórica e geograficamente considerada, Belém foi a base, o fulcro, o centro de irradiação de toda essa imensa conquista territorial. Nenhuma cidade do Brasil encontrou condições geográficas tão favoráveis para uma efetiva influência continental quanto ela. [...] direta e indiretamente, quase todas as cidades da Amazônia brasileira se acham filiadas historicamente a ela. São reflexos ou desdobramentos do fluxo que dela irradiou. Pode-se dizer que, no plano histórico, nenhuma região dependeu tanto de uma cidade como a Amazônia dependeu de Belém. Nada se fez aí senão com base nela ou através dela²⁷.

Em Belém, por exemplo, se registravam as canoas que iam ao sertão (havia também um posto de controle na fortaleza do Gurupá). Era o caso de André Miguel, que despachava uma canoa “para ir à colheita do cacau das ilhas” (na região próxima à atual cidade de Macapá), em janeiro de 1741. Ou Domingos

MELO, Vanice Siqueira. *Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará* (séculos XVII e XVIII Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

23 FERREIRA, Elias A. C.; VIANA, Wanda A. “Canoas de guerra, canoas do sertão: Protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, n. 34, pp. 1-23, 2021.

24 Ver, por exemplo: NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, ate as ultimas colonias do Sertão da Provincia* [1768]. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862.

25 Ver, por exemplo: SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diario da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

26 PATACA, Ermelinda. Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese (Doutorado em Geociências), Programa de Pós-graduação em Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, pp. 251-258. Sobre a viagem de Alexandre Rodrigues, tema da tese de Ermelinda Pataca, há vasta produção bibliográfica. O próprio Rodrigues Ferreira, aliás, é autor de uma *Memória sobre a Marinha Interior do Estado do Grão-Pará* (1786).

27 MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966, p. 15.

Antonio Rebelo, cabo da canoa de Antônio da Fonseca Carvão, destinada “à colheita das drogas do sertão”²⁸. De acordo com André Pompeu, em 30 anos, de 1738 e 1767, os governadores concederam quase 1.700 licenças a moradores de Belém (muitas vezes representados pelos respectivos cabos de canoa) para despacharem suas embarcações aos sertões em busca das drogas²⁹. Inclusive, a partir de finais do século XVII, instituiu-se um “novo imposto das canoas”, com o intuito de arrecadar rendas dessa atividade econômica fundamental. O único livro do almoxarifado do Pará existente, que cobre os anos de 1699 a 1701, indica a cobrança de quase 500 mil réis, referente a 226 canoas para esse período³⁰.

Belém era igualmente o destino das tropas de resgate ou de guerra que dela saíam e para ela voltavam carregadas de escravos. Na Secretaria do Estado havia livros específicos, como o “que há de servir para o registro das canoas que se despacharem para o sertão ao cacau e às peças e das que voltarem com escravos”, que revela o cotidiano das expedições e da escravização nos sertões da Amazônia e sua relação com a cidade de Belém. Assim, chegavam dezenas de indígenas cativos, muitos dos quais ainda por examinar quanto à legalidade do seu cativeiro, como as “onze peças” da nação Baniwa, Boapé e Ariquena (Rio Negro), apresentadas pelo cafuzo José, escravo de Estêvão Cardoso, em que havia três cujo título de cativeiro ainda não havia sido examinado “por falta de língua” (em 1741). Ou duas das “treze peças” trazidas do sertão por Domingos Ribeiro Lima, que, por ordem do governador, haviam ficado “de condição” por cinco anos, após os quais deveriam ser entregues a uma aldeia de missionários (também em 1741)³¹.

Era em Belém que o próprio cativeiro de muitos indígenas trazidos de sertões tão distantes como os do Rio Negro e do Rio Japurá era legalizado. Em 1746, nessa cidade, por exemplo, o padre jesuíta José de Moraes reconhecia como justo o título do cativeiro de Gerehencarou, da nação Juralá, de 25 anos, comprada por Manuel Lopes da Cunha da tropa de resgates, e de diversas outras índias da mesma nação, como Mavalaneru, Chalahô, Maneperú, Laivererou, Xumuú, Capenaú, Ajumim, Mehenaú, Molherou e Pilacayo (esta da nação Orumi) e índios como Camuacá, Alay e Paluami³².

Belém era, portanto, uma cidade sertaneja, profundamente conectada ao interior do continente por meio de redes transamazônicas. É preciso salientar,

28 Arquivo Público do Estado do Pará, códice 32 (sem numeração).

29 POMPEU, André José Santos. *op. cit.*, 2021, p. 127.

30 Bibliothèque Nationale de France, Manuscrits Occidentaux, Portugais 39, f. 60v, 61, 63v, 67v, 69, 76v-77, 79v.

31 MEIRA, Márcio (org.). *Livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, 1994, pp. 52-53 e pp. 57-58.

32 Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 625, sem numeração.

igualmente, que as próprias atividades extrativistas e o tráfico transamazônico de escravizados dependiam da agricultura, especialmente de duas atividades fundamentais: o cultivo de mandioca, para a produção de farinha, e o cultivo de cana-de-açúcar, para a produção de aguardente. Era na região dos rios próximos a Belém que inicialmente se instalara essa indústria. E eram os moradores dela, muitos dos quais também despachavam canoas ao sertão, os que mantinham essas roças. Parafraseando o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em finais do século XVII, o Conselho Ultramarino explicava ao rei que a aguardente – e poderíamos acrescentar a farinha –, era necessária “para o governo dos sertões e dos índios”³³.

Como em outras partes da América portuguesa, a farinha foi outra das tradições milenares incorporadas das populações indígenas e se tornou um alimento fundamental do mundo colonial, como descrevia o jesuíta João Daniel: “é o gênero mais útil para os habitantes do Amazonas, portugueses e índios; porque é e lhes serve de pão cotidiano, assim como o trigo na Europa, os milhos em África e o arroz na Ásia”³⁴.

Já a aguardente não só abastecia os moradores das vilas e cidades portuguesas, como igualmente tornou-se um importante meio de pagamento, de troca e de negociação com os índios coloniais e as populações do sertão. Um poema em nheengatu de meados do século XVIII permite vislumbrar que a aguardente – *vinho*, no texto – se tornara fundamental nas relações entre portugueses e indígenas:

Pytyname ogoatágoatá	De noite ficaram andando
Opabhê taba rupí,	por todas as aldeias.
Moçapýr abà oimonghetà,	Conversaram com três índios,
Ixupè oimeeng caõi,	deram vinho para eles,
Oimêeng abé cetà mbäé,	deram também muitas coisas,
Baieta, ruão, paneté.	muitos brincos, rum, muitos panos.
Ygára pupé ôár iré,	Depois embarcaram numa canoa
Coritéité oiepabóc,	e logo partiram.

33 AHU, CU, A, Pará, cx. 4, doc. 330.

34 DANIEL, João. *op. cit.*, 2014, p. 552. Sobre a farinha na Amazônia, ver: CRUZ, Roberto Borges da. *Farinha de “Pau” e de “Guerra”: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011; PASCHOAL, Tainá Guimarães. *Descobrendo os “tesouros” do jesuíta João Daniel: a mandioca e seu projeto para a Amazônia colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

Apyabetà recé omäé,	Olham para os índios
Petýma abé cöyté oimondóc,	também picam fumo, enfim.
Apyabetà oimöapycyc,	Satisfazem os índios.
Caöi. ixupé nití ocýc.	Vinho para eles não acaba ³⁵ .

A farinha e a aguardente, produzidas nas imediações de Belém, constituíram no mundo amazônico itens de consumo para além da questão do abastecimento, tornando-se centrais, da mesma forma, para as dinâmicas de navegação fluvial, de negociação com índios coloniais e índios do sertão e do próprio tráfico transamazônico de escravizados.

Além da mandioca e da cana-de-açúcar, os rios próximos à cidade de Belém se tornaram também uma região de cultivo de cacau (além de café). Dessa maneira, o extrativismo não era o único modo de produzir os gêneros amazônicos, ainda que nunca tenha se conseguido (apesar das inúmeras tentativas) domesticar produtos como o cravo-do-maranhão. Significativamente, das quase 900 sesmarias concedidas pelos governadores do Estado do Maranhão e Pará entre os anos 1690 e meados da década de 1750, quase um terço mencionava o cultivo de cacau (presente ou futuro). Dessas 249 sesmarias relacionadas ao cacau, dois terços tinham sido dados após o *boom* do cacau amazônico, a partir dos anos 1720³⁶.

O mundo amazônico, que conectava e emaranhava os sertões amazônicos à cidade de Belém por meio do cultivo e da produção de gêneros alimentícios, das rotas fluviais, da exploração das drogas do sertão e do comércio de indígenas escravizados, assim como do descimento de índios livres, não era, de modo algum, um universo fechado em si. Nem muito menos isolado.

Se Belém era uma cidade sertaneja, como dissemos, era também uma cidade atlântica. De maneira exemplar, o prospecto de Belém (Imagem 1), desenhado na década de 1780 por Joaquim José Codina, mostra a presença de canoas e naus na ribeira da cidade:

35 NAVARRO, Eduardo de Almeida. "A escravização dos índios num texto missionário em língua geral do século XVIII". *Revista USP*, n. 78, pp. 105-114, 2008, p. 109. A respeito do papel da aguardente na Amazônia colonial, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. "The 'Government of the Sertões and Indians': Aguardente, Sugar, and Indians in Colonial Amazonia (Seventeenth Century)". *The Americas*, n. 77, v. 1, pp. 3-39, 2020.

36 Levantamento realizado a partir dos livros de Chancelarias Régias e dos livros do Registro Geral das Mercês (Dom Pedro II e Dom João V), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; e dos livros de Sesmarias do Arquivo Público do Estado do Pará. Sobre o *boom* do cacau amazônico, ver: ALDEN, Dauril. "The significance of cacao production in the Amazon region during the late colonial period: an essay in comparative economic history". *Proceedings of the American Philosophical Society*, n. 120, v. 2, pp. 103-135, 1976.

Figura 2 – Prospecto da cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará.

De 20 de maio de 1784 (detalhe)



Fonte: Biblioteca Nacional.

De fato, em Belém aportavam diversos tipos de canoas vindas do sertão (à esquerda na imagem) e naus chegadas principalmente de Lisboa (no plano frontal da imagem). Nelas vinham diversos produtos, como azeite do Algarve, azeite de Castela e azeite da terra; diferentes tipos de chapéus; muitos côvados de tafetá, chita, crepe e veludos; pipas de vinho; arrobas de farinha da terra; mas também itens claramente ligados ao tráfico transamazônico de escravizados indígenas, como as oito mil facas (incluindo facas flamengas), enviadas em quatro naus (Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Monte do Carmo e Divina Providência) nos meses de junho e julho de 1748³⁷. Conhecendo a importância que tinham as ferramentas de metal para os índios e a população branca relativamente modesta das cidades de São Luís, Belém e demais vilas portuguesas, pode-se presumir que essa quantidade considerável de facas servia seguramente às dinâmicas de negociação com os índios.

Essas mesmas naus, na volta para o reino, carregavam os gêneros que vinham do sertão, trazidos pelas canoas. A Amazônia conectou-se ao mundo atlântico e europeu pelo intenso comércio das drogas do sertão desde finais do século XVII. Gêneros cuja produção, como vimos, dependeu fundamentalmente do trabalho compulsório dos índios amazônicos. De acordo com dados da alfândega do Pará (sistematizados nos anos 1770), de 1730 a 1755 (antes do funcionamento da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão), pouco mais de um milhão de arrobas de cacau foi embarcado no porto de Belém com destino ao reino (uma média de pouco mais de 40 mil arrobas por ano) e quase 51 mil arrobas de cravo-do-maranhão (entre cravo fino e cravo grosso)³⁸.

Na Europa, Lisboa se tornou o principal nó articulador desse comércio, pois, de seu porto, cacau, cravo-do-maranhão e salsaparrilha, entre outros produtos, eram reexportados para outras praças europeias. Os dados, infelizmente, estão disponíveis de forma mais sistemática apenas a partir do final da primeira me-

37 ANT. Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, livro 3.

38 AHU, CU, A, Pará, cx. 80, doc. 6627.

tade do século XVIII. No entanto, já anos antes, informações da cidade do Porto permitem mapear a circulação de gêneros como o cravo, que na documentação do cabido do Porto aparece descrito como “pau-cravo-do-maranhão”. Uma pesquisa preliminar identificou o embarque de 829 arrobas de cravo-do-maranhão, entre 1690 e 1692, da cidade do Porto para diversos destinos. Dentre eles, os mais importantes eram Glückstadt, então sob domínio dinamarquês (22,3%), as Províncias Unidas, principalmente Roterdã (28,6%), e a França (34%)³⁹.

O comércio de gêneros como o cacau, o cravo-do-maranhão e a salsaparrilha não foi negligenciável, embora muito menos expressivo que o de outros gêneros como o açúcar e o tabaco. De qualquer modo, ele permitiu a inserção de Portugal em dois circuitos mercantis europeus, que foram o de cacau e o de produtos medicinais⁴⁰.

Não sem razão, informações sobre esses gêneros existem em diversos compêndios médicos, científicos e comerciais do mundo moderno. Já em finais do século XVII, Pierre Pomet, em sua famosa *Histoire des drogues*, ao discorrer sobre a salsaparrilha, distinguia os dois tipos que se vendiam: a melhor delas, a “salsaparrilha das Índias de Espanha”, e a outra, a “grosseira salsaparrilha do Maranhão [Marignan]”, que ele recomendava rejeitar, servindo mais para acender o fogo do que para a medicina⁴¹. Poucos anos mais tarde, a *Pharmacopea Ulyssiponense*, de João Vigier, detalhava o cacau como uma “espécie de amêndoa, que faz a base do chocolate”. Dos vários tipos, o melhor era o que vinha da “Província da Nicarágua” e depois o “do Maranhão”⁴². Finalmente, nos anos 1740, Gianfrancesco Pivati, em seu *Nuovo Dizionario Scientifico e Curioso Sacro-Profano*, explicava que a “cannella garofanata”, conhecida no mundo português como “cravo-de-maragnan”, consistia na casca de uma árvore de odor e gosto semelhante ao cravo da Índia. Era apreciada por negociantes de especiarias e droguistas, “motivo do grande comércio que se faz com Lisboa”⁴³.

39 Arquivo Distrital do Porto, Cabido da Sé do Porto, Portagem e Redízima, Livro de Arrecadação da Portagem e Redízima, Livros K/26/1/6 - 32.178, K/14/1/3 - 179 e K/14/1/3 - 180.

40 ALDEN, Dauril. *op. cit.*, 1976; ALMEIDA, Danielle Sanches. *O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de História das Ciências e da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz, Paris-Rio de Janeiro, 2017; ARENZ, Karl Heinz. “Das florestas amazônicas às farmacopeias europeias: as drogas do sertão em tratados médico-botânicos dos séculos XVII e XVIII”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *As Drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa*. Lisboa: Centro de História, 2023, pp. 319-345.

41 POMET, Pierre. *Histoire générale des drogues, traitant des plantes, des animaux et des minéraux...* Paris: Chez Jean-Baptiste Loyson et Augustin Pilon, 1694, pp. 86-87.

42 VIGIER, João [Jean]. *Pharmacopea Ulyssiponense, galenica, e chymica...* Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 404.

43 PIVATI, Gianfrancesco. *Nuovo Dizionario Scientifico e Curioso Sacro-Profano...* Venezia: Per Benedetto Milocco, 1746, p. 147.

Como deixava claro Gianfrancesco Pivati, o comércio desses gêneros “do Maranhão” se fazia a partir de Lisboa. Os livros de entrada e saída da Casa da Índia permitem vislumbrar esse movimento. Ainda que preliminares, as informações até agora levantadas mostram que as sacas de cacau e os paneiros de cravo e salsaparrilha não ficavam somente em Portugal, mas circulavam em diversos portos europeus. A Tabela 1, construída a partir dos dados referentes ao pagamento do consulado da Casa da Índia (3% na entrada e 4% na saída), mostra um primeiro cálculo não só da entrada de cacau, cravo e salsaparrilha, mas igualmente do reembarque desses gêneros a partir de Lisboa.

Tabela 1 – Entradas e saídas de gêneros amazônicos em Lisboa, 1749-1751 (em arrobas)

	Entradas	Saídas	Reexportação
Cacau	113.908	61.030	54%
Cravo-do-maranhão	3.689	3.093	84%
Salsaparrilha	3.637	2.139	59%

Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, livros 30, 37, 41, 70, 71, 72, 73, 143, 169, 188, 208, 213, 300, 310, 347.

Os portos para os quais os produtos eram enviados incluíam destinos diversos, como Gênova, Livorno, Baiona, Amsterdã, Estreito e Hamburgo, além de uma menção genérica ao “norte”. Poderíamos classificar as destinações basicamente em dois grandes grupos – Norte e Mediterrâneo –, de modo a compreender, nesses poucos anos, a tendência mais geral do comércio de gêneros amazônicos. A divisão dependia de cada produto, como pode se observar da Tabela 2. Lembro que alguns portos de destino não eram informados ou estão ilegíveis e não os inseri em nenhuma das duas categorias.

Tabela 2 – Destinos dos gêneros amazônicos em Lisboa, 1749-1751 (em arrobas)

	Mediterrâneo		Norte	
Cacau	32.067,5	54%	23.174	39%
Cravo-do-maranhão	2.792	92%	244	8%
Salsaparrilha	1.076	51,4%	955,5	45,7%

Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, livros 30, 37, 41, 70, 71, 72, 73, 143, 169, 188, 208, 213, 300, 310, 347.

Há alguns embarques cujo destino é apenas “bordo”, sem indicação do porto para onde se destinavam. É interessante destacar que, ainda que muito tímida, houve uma pequena reexportação de salsaparrilha para o Brasil: pouco mais de 28 arrobas (2,6% do total), entre Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Igualmente, há um carregamento de cacau para a “América” (219 arrobas) e um considerável embarque também de cacau para “Canárias” (1.305 arrobas). Dos dados até agora coletados, excetuando-se o caso do cravo-do-maranhão, como pode se observar, há um relativo equilíbrio entre as regiões

“Mediterrâneo” e “Norte”. Só o avanço da pesquisa é que permitirá verificar a continuidade dessas tendências e, principalmente, se elas se modificam com a instauração da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, uma vez que, como já discuti a historiografia, houve uma significativa alteração dos grupos mercantis envolvidos no comércio de gêneros amazônicos alguns anos depois do início do seu funcionamento⁴⁴.

Dados da importação de cacau do porto de Baiona, centro produtor de chocolate na França, indicam uma mudança com a chegada da Companhia. No período de 1747 a 1755, Portugal era responsável por 11% dos carregamentos de cacau chegados a Baiona (alguns poucos são de cacau do tipo Caracas), ao passo que a Holanda, graças ao contrabando de cacau venezuelano, respondia por 79,3% dos embarques. No período de funcionamento efetivo da Companhia Geral (1756-1778), esses números se estabilizam, e tanto Holanda quanto Portugal são responsáveis respectivamente por 36,6% e 37,6% do cacau em Baiona (cresce também a participação da Espanha e do cacau das ilhas francesas)⁴⁵. O mais importante, de qualquer modo, é que a imensa maioria do cacau enviado de Lisboa para o país basco francês era do tipo “maragnon”, ainda que a cultura chocolateira francesa, como explica Frédéric Duhart, fosse mais próxima à espanhola, preferindo o cacau mais untuoso e menos amargo de Caracas⁴⁶.

O que fica claro a partir desses números é que mesmo antes da companhia pombalina, Portugal já estava inserido no mercado de gêneros medicinais e especiarias e no mercado internacional de cacau, por meio da exploração das drogas do sertão, realizada por escravizados indígenas e índios livres compelidos ao trabalho. Mesmo depois do início da Companhia, a mão de obra voltada para a exploração de cacau será predominantemente indígena.

* * *

Evidentemente, para entender a Amazônia portuguesa, temos que pensá-la como parte constitutiva do império ultramarino português. Para isso, é necessário compreender sua dimensão fronteiriça, continental e fluvial, a centralidade do tráfico transamazônico de escravizados, do trabalho escravo de indígenas

44 MATOS, Frederik Luiz Andrade de. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

45 Archives Departamentales – Pyrenées Atlantiques (Bayonne), 2ETP1, 104 e 105. Entre 1775 e 1778, graças aos dados disponíveis das balanças comerciais francesas, é possível relativizar o papel de Baiona no quadro mais geral de importação de cacau na França. De fato, o grande exportador de cacau para a França nesse período são as ilhas francesas (84,1%). Archives Nationales, Commerce et Industrie, F-12-242 a F-12-246.

46 DUHART, Frédéric. “Les goûts du chocolat au Pays Basque. D’hier et d’aujourd’hui”. In: MARCILHAC, Vincent; TIBERE, Valentine (orgs.). *Les goûts du chocolat dans le monde*. Paris: L’Harmattan, 2019, pp. 185-218.

e do trabalho compulsório de índios livres, a íntima relação entre o sertão e o litoral, o papel central da cidade de Belém nesse quadro, como cidade ao mesmo tempo atlântica e sertaneja, e a inserção da economia amazônica no mercado global de especiarias e no mercado global de cacau, por meio da praça de Lisboa.

Ora, tudo isso passa longe do Atlântico Sul, do tráfico negreiro e das experiências litorâneas que se tornaram a grande e, às vezes, a quase única narrativa da história da América portuguesa. Como espero ter deixado claro, a escravidão indígena e o trabalho compulsório de índios livres, em suas inúmeras e complexas formas, o próprio conhecimento indígena sobre o território e sobre os caminhos amazônicos, não isolaram o mundo amazônico português. Muito pelo contrário, conectaram-no ao mesmo tempo ao mundo continental amazônico, ao mundo atlântico e às dinâmicas econômicas europeias por meio de outras rotas que pouco conhecemos e pouco exploramos. Se há algo que podemos fazer para comemorar os 20 anos dessa obra fundamental, é reconhecer a importância dessa multiplicidade de experiências (e há muitas outras) que também conformaram a complexidade do antigo regime nos trópicos.

Fontes

Archives Departamentales – Pyrenées Atlantiques (Baiona), 2ETP1/104 e 2ETP1/105 (Entrées et Sorties des marchandises).

Archives Nationales (Pierrefitte), Commerce et Industrie, F-12-242 a F-12-246.

Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma), Bras. 28.

Arquivo Distrital do Porto (Porto), Cabido da Sé do Porto, Portagem e Redízima, Livro de Arrecadação da Portagem e Redízima, Livros K/26/1/6 - 32.178, K/14/1/3 - 179 e K/14/1/3180.

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Avulsos-Maranhão, caixa 17, doc. 1772; Avulsos-Pará, caixa 4, doc. 330; Avulsos-Pará, caixa 80, doc. 6627.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Livros 3, 30, 37, 41, 70, 71, 72, 73, 143, 169, 188, 208, 213, 300, 310, 347.

Arquivo Público do Estado do Pará (Belém), código 32.

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), COD 4517; Coleção Pombalina, código 625.

Biblioteca Pública de Évora (Évora), código CXV/2-12.

Bibliothèque Nationale de France (Paris), Manuscrits Occidentaux, Portuguais 39. Lettre du père Fauque, missionnaire de la Compagnie de Jésus, au père de la Neuville, de la même Compagnie, procureur des missions de l'Amérique. Oíapoque, 20 de abril de 1738. In Compagnie de Jésus. *Lettres édifiantes et curieuses, écrites des missions étrangères...* Lyon: Chez J. Vernarel/Et.e Cabin et C.e, 1819, tome 4, pp. 489-490.

Livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia. Organização e introdução de Márcio Meira. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, 1994.

Fontes impressas

- BOXER, Charles. “Quatro cartas inéditas do padre António Vieira”. *Brotéria*, v. 45, n. 4, pp. 456-76, 1947.
- DANIEL, João, SJ. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (2 volumes)
- MARONI, Pablo, SJ. *Noticias auténticas del famoso río Marañón*. Madrid: Establecimiento Tipográfico Fontanet, 1892.
- NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, ate as ultimas colonias do Sertão da Provincia* [1768]. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862.
- PIVATI, Gianfrancesco. *Nuovo Dizionario Scientifico e Curioso Sacro-Profano...* Venezia: Per Benedetto Milocco, 1746.
- POMET, Pierre. *Histoire générale des drogues, traitant des plantes, des animaux et des minéraux...* Paris: Chez Jean-Baptiste Loyson et Augustin Pillon, 1694.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diario da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.
- VIGIER, João [Jan]. *Pharmacopea Ulyssiponense, galenica, e chymica...* Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. “The significance of cacao production in the Amazon region during the late colonial period: an essay in comparative economic history”. *Proceedings of the American Philosophical Society*, n. 120, v. 2, pp. 103-135, 1976.
- ARENZ, Karl Heinz. *De l'Alzette à l'Amazonie*: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693). Saarbrücken: Éditions Universitaires Européennes, 2010.
- _____. “Das florestas amazônicas às farmacopeias europeias: as drogas do sertão em tratados médico-botânicos dos séculos XVII e XVIII”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *As Drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa*. Lisboa: Centro de História, 2023, pp. 319-345.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador*: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750). Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CARDOSO, Alírio Carvalho. “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica”. *Tempo*, v. 21, n. 37, pp. 116-133, 2015.
- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos*: poder, magia e religião na Amazônia Colonial. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto Zahluth de. “*Dominar homens ferozes*”: missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “As práticas do sertão na Amazônia colonial (século XVII)”. *Outros Tempos*, n. 10, v. 15, pp. 79-99, 2015.

_____. “Indian Freedom and Indian Slavery in the Portuguese Amazon”. In: ONOGHUE, John; JENNINGS, Evelyn P. (eds.) *Building the Atlantic Empires: Unfree Labor and Imperial States in the Political Economy of Capitalism*, ca. 1500-1914. Leiden: Brill, 2016, pp. 54-71.

_____. “The ‘Government of the Sertões and Indians’: Aguardente, Sugar, and Indians in Colonial Amazonia (Seventeenth Century)”. *The Americas*, n. 77, v. 1, pp. 3-39, 2020.

COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da Conquista e Bom Governo dos Moradores: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território (1615-1668)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

COSTA, Ariadne Ketini. *Uma “casa” irlandesa no Maranhão: estudo da trajetória da família Belfort, 1736-1808*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DANIEL, João. *op. cit.*, 2014, p. 552. Sobre a farinha na Amazônia, ver: CRUZ, Roberto Borges da. *Farinha de “Pau” e de “Guerra”: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

DELSON, Roberta Marx; MENG, Stephen W. “Cargo Canoes of the Eighteenth-Century Amazon: A Preliminary Stability Analysis”. *International Journal of Maritime History*, v. VII, n. 2, pp. 173-185, 1995.

DELSON, Roberta Marx. “Navigation: Inland Navigation in Amazonia”. SELIN, Helaine (ed.). *Encyclopaedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*. Dordrecht: Springer, 2014, pp. 1-6.

DIAS, Camila Loureiro. *L’Amazonie avant Pombal: Politique, Economie, Territoire*. Thèse (Doctorat en Histoire) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014.

_____. “O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII)”. *Territórios & Fronteiras*, v. 10, n. 1, pp. 238-259, 2017.

_____. “Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, pp. 235-252, 2019.

_____; BOMBARDI, Fernanda Aires. “O que dizem as licenças? Flexibilização da legislação e recrutamento particular de trabalhadores indígenas no Estado do Maranhão (1680-1755)”. *Revista de História*, n. 175, pp. 249-280, 2016.

_____; BOMBARDI, Fernanda Aires; COSTA, Eliardo Guimarães da. “Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza”. *Revista de História*, n. 179, p. a08619, 2020.

DIAS, Joel Santos. *Os “verdadeiros conservadores” do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

DUHART, Frédéric. “Les goûts du chocolat au Pays Basque. D’hier et d’aujourd’hui”. In: MARCILHAC, Vincent; TIBÈRE, Valentine (orgs.). *Les goûts du chocolat dans le monde*. Paris: L’Harmattan, 2019, pp. 185-218.

FEIO, David. *O Nó da Rede de “Apaniguados”: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. “No Estaleiro dos Índios: a construção de embarcações na Amazônia colonial portuguesa”. *Revista Estudos Amazônicos*, v. XIII, n. 1, pp. 30-67, 2015.

_____. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Introdução”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GÓMEZ GONZÁLEZ, Juan Sebastián. “Contra un ‘enemigo infernal’: argumentos jesuíticos en defensa de la Amazonia hispánica – Provincia de Maynas, 1721-1739”. *Fronteras de la Historia: Revista de Historia Colonial Latinoamericana*, v. 17, n. 1, pp. 167-194, 2012.

GUZMÁN, Décio de Alencar. “A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII”. *Revista Estudos Amazônicos*, v. III, n. 2, pp. 103-139, 2008.

- _____. *Dans le labyrinthe du Kuwai: conquête, colonisation et christianisation en Amazonie (XVI-XVIII siècles)*. Paris: Éditions Le Manuscrit, 2021.
- HARRIS, Mark. “Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 54, n. 1, pp. 33-68, 2015.
- HORCH, Rosemarie E. As embarcações de madeira do rio Amazonas (séculos XVI-XVIII). In: HOWSE, Derek (ed.). *Five hundred years of nautical science: 1400-1900*. London: National Maritime Museum, 1981, pp. 217-227.
- MATOS, Frederik Luiz Andrade de. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia), Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- MEIRA, Márcio Augusto Freitas de. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. São Paulo: EdUFSCAR, 2018.
- MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EdUA, 2009.
- MELO, Vanice Siqueira. *Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. “A escravização dos índios num texto missionário em língua geral do século XVIII”. *Revista USP*, n. 78, pp. 105-114, 2008.
- PASCHOAL, Tainá Guimarães. *Descobrimos os “tesouros” do jesuíta João Daniel: a mandioca e seu projeto para a Amazônia colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- PATACA, Ermelinda. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências), Programa de Pós-graduação em Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- _____. “From Slaves to Índios: Empire, Slavery, and Race (Maranhão, Brazil, c. 1740-1790)”. *Law and History Review*, v. 40, n. 4, pp. 789-815, 2022.
- POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. “Sujeitos sertanejos na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)”. *História e Cultura*, n. 9, pp. 258-275, 2020.
- POMPEU, André José Santos. *As drogas do sertão na Amazônia colonial (1677-1777)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. [1945]
- ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- ROLLER, Heather Flynn. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EdUA, 2012.
- SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Knowledge and Circulation of Plants: Unveiling the Participation of Amazonian Indigenous Peoples in the Construction of Eighteenth and Nineteenth Century Botany”. *Journal of History of Science and Technology*, v. 15, n. 1, pp. 11-38, 2021.
- SANTOS, Arlindyane. “Os Senhores do Senado’: oficiais camarários e status de nobreza no Maranhão Colonial”. *Outros Tempos*, n. 7, pp. 23-40, 2010.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SOMMER, Barbara Ann. *Negotiated settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Albuquerque: University of New Mexico, 2000.
- _____. “Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade”. *The Americas*, v. 61, n. 3, pp. 401-428, 2005.
- XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da Câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. São Luís: EdUema/Café e Lápis, 2013.